

**DIFICULDADE DA POESIA:
DESAFIANDO O MODELO TEÓRICO
DE ALFREDO BOSI**

**THE DIFFICULTY OF POETRY:
CHALLENGING THE THEORETICAL MODEL
BY ALFREDO BOSI**

João Gabriel Mostazo Lopes¹

Resumo: Este artigo procura desenhar os primeiros parâmetros do que, no decorrer desta pesquisa em curso, estamos chamando de “dificuldade da poesia”. Para isso, toma-se como ponto de partida a reflexão crítica sobre o conceito de “resistência” formulado por Alfredo Bosi nos anos 1970. Busca-se demonstrar que o funcionamento do conceito bosiano de resistência depende de uma dupla projeção: de um lado, tendo perdido a sua capacidade de “nomear a vida”, o poema resistente, ou lido sob a chave da “poesia enquanto resistência”, projeta-se sobre a imagem do que o autor chama de “unidade mítica perdida” da poesia; de outro, instalando-se em um “presente aberto”, o poema resistente profetiza um “futuro promissor”. A partir de uma análise da conjuntura política e ideológica do Brasil de hoje e, de modo mais amplo, do capitalismo contemporâneo, este artigo recorre às obras de três poetas brasileiros contemporâneos para defender a hipótese de que esse mecanismo de dupla projeção já não encontra lugar hoje, razão que nos leva a procurar definir os impasses da poesia contemporânea a partir não da ideia de “resistência”, mas da proposição do conceito de “dificuldade”, cujas delimitações teóricas esta pesquisa tem por objetivo estabelecer.

Palavras-chave: resistência; dificuldade; Alfredo Bosi.

Abstract: This essay seeks to delineate the parameters of what, in the course of this ongoing research, we are calling the “difficulty of poetry”. For this, a critical reflection on the concept of “resistance”, as formulated by Alfredo Bosi in the 1970s, is taken as a starting

¹ Pós-Doutorando no Departamento de Teoria Literária, Instituto de Estudos da Linguagem-IEL, Unicamp: <j.mostazolopes@gmail.com>.

point. We seek to demonstrate that the functioning of the Bosian concept of resistance depends on a double projection: on the one hand, having lost its ability to “name life”, the resistant poem, or the poem read under the notion of “poetry as resistance”, projects itself onto the image of what the author calls the “mythical lost unity” of poetry; on the other hand, by fixing itself in an “open present”, the resistant poem prophesies a “promising future”. Based on an analysis of the political and ideological conjuncture of Brazil today, and, more broadly, of contemporary capitalism, this article points to the works of three contemporary Brazilian poets to defend the hypothesis that this mechanism of double projection no longer finds a place today. This leads us to try to define the impasses of contemporary poetry based not on the idea of “resistance”, but on the proposition of the concept of “difficulty”, whose theoretical limits this research aims to establish.

Keywords: Resistance; Difficulty; Alfredo Bosi.

POESIA E RESISTÊNCIA

Nem sempre a mediação entre poesia e política se pensou através da ideia de “resistência”. Uma das primeiras instâncias significativas do uso do termo no pensamento poético ocidental diz respeito ao contexto da resistência francesa à ocupação nazista nos anos 1940, a partir da qual se pode falar em “uma mudança de perspectiva da ideia de poesia *durante* a Resistência para uma concepção de poesia como *ela mesma* [grifo meu] constituindo um ato de resistência”, chave de leitura proposta por Yasmine Getz (2002, p. 51) na sua análise do período. Ao longo da segunda metade do século XX, será paulatinamente em torno desse significante que se organizará a potência de engajamento da poesia nas demais partes do mundo, e sobretudo nos contextos das ditaduras militares da América Latina dos anos 1960-1970. No Brasil, até anos 1940 e 1950, o termo que indicava o engajamento dos poetas com as causas sociais era “participação”; este é o termo encontrado no Drummond politizado (no Drummond dos anos 1940, o que “resiste” é Stalingrado, uma resistência que permanece ainda no plano militar do esforço de guerra), ou no “salto participante” dos concretistas do grupo Noigandres. Do ponto de vista da teoria literária, um dos momentos-chave do processo de assimilação da ideia de “resistência” no pensamento poético brasileiro é o capítulo “Poesia e resistência”, em *O ser e o tempo da poesia*, de Alfredo Bosi, publicado em 1977. Décadas mais tarde, em *Dialética da colonização*, Bosi (1996) recapitula o momento em que uma “cultura de resistência” (na sua expressão recorrente) passou a atuar no pensamento brasileiro, identificando o seu aparecimento como reação à insuficiência apresentada então pelo estruturalismo:

Na década de 70 (muitos acentuam 68 como data da viragem), o mero inventário das estruturas linguísticas começa a ser considerado insuficiente. O estruturalismo já não satisfaz à dinâmica real que, em última instância, também permeia os estudos universitários. [...] Nesse momento, os estudos literários e linguísticos, que, em 60, espelhavam a visão tecnicista dominante, passaram a secundar uma cultura de resistência, a qual coincide, no Brasil, com os anos de abertura política nos meados dos anos 70 (BOSI, 1996, p. 312).

A constatação de que o aparecimento da ideia de “resistência” no âmbito acadêmico e cultural ecoa as conjunturas intelectuais e políticas brasileiras do período nos impele a perguntar pelas circunstâncias materiais que condicionariam o funcionamento ou não dessa ideia hoje. Ainda, concomitante ao processo de transformação do pensamento brasileiro diagnosticado por Bosi, a incorporação da ideia de resistência transforma o campo de leituras da poesia engajada e compromissada; “resistir” não é o mesmo que “participar”, sobretudo tendo em mente que, na ideia de “participação”, está implicada uma relação ativa com uma determinada situação política ou social, enquanto resistir, por sua vez, define-se a partir da negação de uma situação. Contudo, e ainda mais significativamente, a noção de resistência abria a possibilidade de reconsiderar em chave política e social um conjunto de poemas que não eram necessariamente participativos, e que, à primeira vista, poderiam mesmo ser considerados apolíticos – dialética-chave na argumentação de Bosi, que antecipa a tendência (pela qual, na França, por exemplo, Gilles Deleuze passaria anos depois) de ler a poesia e a arte em geral como ferramentas de “resistência” e, em especial, “reminiscência” contra o cada vez mais dominante paradigma da informação – ideia que, a partir dos anos 1970, será incorporada definitivamente à obra de Bosi.²

Em “Poesia e resistência”, Bosi (1997, p. 143) parte do diagnóstico de que “a poesia há muito que não consegue integrar-se, feliz, nos discursos correntes da sociedade”. Sob o nome de “resistência”, o crítico procura ver os modos como, em meio à generalização das formas de vida capitalistas, guiadas, “no agir cotidiano, pelos mecanismos do interesse, da produtividade” (p. 142), a poesia seria capaz de ainda atender à sua tarefa já perdida de “nomear” a vida. Segundo o seu diagnóstico:

² Em Bosi, é chave a conjugação entre resistência e memória: “Não nos cabe senão compreender resistindo e resistir compreendendo. Em face da máquina especular e espetacular posta em ação pelo capitalismo ultramodernista, é preciso exercer a mediação da memória” (BOSI, 2002, p. 254).

Furtou-se à vontade mitopoética aquele poder originário de nomear, de compreender a natureza e os homens, poder de suplência e de união. [...] Daí vêm saídas difíceis: o símbolo fechado, o canto oposto à língua da tribo, antes brado ou sussurro que discurso pleno, a palavra-esgar, a autodestruição, o silêncio. [...] Essas formas estranhas pelas quais o poético sobrevive em meio hostil ou surdo, não constituem o ser da poesia, mas apenas o seu modo historicamente possível de existir no interior do processo capitalista (BOSI, 1997, pp. 142-143, grifo do autor).

A tarefa existencial da poesia será então, para Bosi (1997, p. 146), resistir “à falsa ordem, que é, a rigor, a barbárie e o caos”. Para Bosi, desde a modernidade, no embate com as ideologias do seu tempo, o poema articulará uma dupla estratégia de resistência, resistindo “ao contínuo ‘harmonioso’ pelo descontínuo gritante” e “ao descontínuo gritante pelo contínuo harmonioso” (p. 146). Seu conceito de resistência funciona, assim, a partir de uma dupla projeção: do poema, saem dois vetores, um apontando para o passado e outro, para o futuro. “Aferrando-se à memória viva do passado” e “imaginando uma nova ordem que se recorta no horizonte da utopia” (p. 146), o poema moderno recupera o seu poder de desmentir a ordem ideológica vigente, ao mesmo tempo opondo a sua dissonância inventiva àquilo que essa ordem tem de falsa harmonia (desafinando o coro dos contentes, por assim dizer) e conjugando harmoniosamente o verdadeiro e o belo (como na expressão de Keats) para opor-se àquilo que o sistema capitalista tem de caótico, violento e bárbaro: “Quer refazendo zonas sagradas que o sistema profana (o mito, o rito, o sonho, a infância, o Eros); quer desfazendo o sentido do presente em nome de uma libertação futura, o seu ser contradiz o ser dos discursos correntes” (p. 146).

Ainda que um desenvolvimento da ideia de resistência e sua eventual atualização para as condições atuais seja de todo o interesse, nossa hipótese é de que o poema contemporâneo, tal qual se apresenta para nós hoje, revela-se tão ou mais instigante ao constelar forma poética e conteúdo social não a partir de uma relação de resistência, como na interpretação bosiana, mas através da mediação pela noção de *dificuldade*; com efeito, resistência e dificuldade são dois modos de relação distintos entre o poema e o real. Por sua vez, a dificuldade, como lembra Betina Bischof (2005, p. 123) ao falar de Drummond, é, também, traço de grande parte da poesia moderna, “uma poesia feita de negação – negação em seus temas e motivos, e, principalmente, no seu esforço em estruturá-los em poemas” (p. 123). A leitura de Bischof sobre a obra de Drummond nos auxilia a pensar não apenas a obra do poeta mineiro, mas aponta para um possível

enquadramento do contemporâneo em que também “a dificuldade torna-se mediadora para que se atinja, mesmo que por um instante, aquilo que se deseja alcançar” (p. 35).

Desse modo, o enquadramento pela dificuldade sugere a hipótese de que, em vista do que revela um diagnóstico político e social sobre o contemporâneo, a dupla projeção do conceito bosiano de resistência precisa ser revista. Tanto o retorno ao mito quanto o “presente aberto” e a projeção profética de um futuro promissor não estão mais no horizonte; tampouco o capitalismo contemporâneo – fragmentário e descontínuo nas suas realidades sociais e injunções ideológicas – se presta à identificação imediata de um “discurso corrente” ou hegemônico contra o qual resistir.³ Assim, a transformação das condições de produção do pensamento poético diz respeito sobretudo à fragmentação e periferização do terreno social provocadas pelos últimos estágios do processo de acumulação capitalista, não apenas na periferia do sistema, mas também no chamado mundo desenvolvido. Dessa forma, parte significativa da dificuldade é que os elementos que nos anos 1970 constituíam o aparato crítico da poesia resistente de Bosi, e que lhe conferiam aquilo que ela tinha de potencialmente libertador, não estão mais disponíveis para nós hoje. Primeiro porque o mito perdeu o sentido de ser, e a unidade perdida já não pode mais ser recuperada, nem sequer como imagem; segundo, porque o mundo em que vivemos é um mundo sem futuro – seja em razão das iminentes catástrofes ecológicas, nucleares, pandêmicas etc., seja em vista do aparente desaparecimento dos horizontes de ação política radical e do estabelecimento do capital como única forma de vida possível. Bastará lembrar aqui da máxima de Fredric Jameson (2003), proposta há quase duas décadas, de que é mais fácil hoje pensar o fim do mundo que o fim do capitalismo. Ou constatar, como se vê em Mark Fisher (2021), que grande parte do esforço realizado pelo pensamento crítico contemporâneo se dedica não a pensar como ocupar criativamente os espaços alternativos à ordem capitalista, mas à questão mais elementar: é mesmo possível conceber qualquer zona de atividade e produção humana que não esteja, desde já, capturada pelos modos de subjetivação capitalistas?

³ Paulo Arantes há tempos vem insistindo na ideia de um presente caótico e fragmentado, no qual distintas apreensões da totalidade social se contrapõem e mesmo se anulam. Cf. Arantes (2014) e Paraná; Tupinambá (2022).

O CASO BRASILEIRO: DIALÉTICA DA COLONIZAÇÃO, HOJE

No caso brasileiro, para uma análise do contexto da dificuldade com a qual a poesia contemporânea se vê, seria oportuno perguntar sobre os termos nos quais se traduz, hoje, a ideia de dialética da colonização proposta há quase trinta anos por Alfredo Bosi (1996). Essa dialética foi resumida no calor da hora por Roberto Schwarz, segundo o qual ela possuiria, ao longo da história do país, três momentos-chave:

Jesuítas e índios *versus* bandeirantes e senhores de engenho, nos séculos XVI e XVII; o novo Liberalismo, da geração de Nabuco, *versus* interesses do café, na campanha da Abolição; o positivismo social dos republicanos gaúchos *versus* estreiteza das oligarquias paulistas e mineiras, durante a República Velha: nos três casos – os pontos altos, segundo Bosi, da nossa dialética da colonização – assistimos à arremetida de projetos universalistas nacionais de transformação social (com as ressalvas devidas ao caso das missões jesuíticas) contra o particularismo dos grandes negócios, que acaba prevalecendo (SCHWARZ, 1999, p. 66).

Se tem peso e é convincente o argumento de que a história da formação nacional é marcada pelo embate, reprimido e retornado, entre as aspirações universais de transformação social *versus* os interesses estreitos das elites mercantis e/ou negociastas, creio ser igualmente persuasivo sugerir que hoje, na virada da segunda para a terceira década do século XXI, esse embate anda em baixa: de um lado, não é imediatamente identificável quais agentes representariam, no Brasil de hoje, as aspirações universais de transformação social: o Partido dos Trabalhadores? Os históricos e heroicos movimentos da sociedade organizada, como os dos trabalhadores sem-terra ou sem-teto? As novas organizações de militantes ditos – pejorativamente – “identitários”? No que se chama de “sociedade do precariado”, atravessada pelos modos de sofrimento neoliberais, organizar e representar as aspirações universais da antiga luta dialética tem se tornado uma tarefa cada vez mais difícil, sobretudo diante do esforço de conjugar perspectivas muitas vezes contraditórias das diferentes esquerdas hoje em atividade.⁴ De outro lado, o pacto fáustico⁵ entre uma extrema-direita vinda dos porões da ditadura e parte significativa das elites econômicas do país, desde as eleições de 2018, complica ainda mais o jogo de forças. Com efeito,

⁴ Sobre esse impasse, ver o interessante estudo de Edemilson Paraná e Gabriel Tupinambá (2022).

⁵ “Fáustico”, mas apenas em sentido farsesco, já que, na sua versão contemporânea, em troca da “venda da alma” não se obtém, de fato, nenhum saber universal.

a antiga aliança entre capital e forças armadas trocou pela primeira vez os seus capitães: a elite industrial desenvolvimentista deu lugar ao capital financeiro, em um flanco; no outro, como bem viu Celso Rocha de Barros em artigo de outubro de 2018,⁶ saíram das primeiras fileiras os oficiais de alta patente (cujo modelo era Geisel) e entraram o capitão do quartel e os herdeiros dos antigos porões, que, durante as três décadas seguintes ao fim da ditadura, aperfeiçoaram sua *expertise* dedicando-se à atividade miliciana nos grandes centros urbanos – sobretudo, como se sabe, no Rio de Janeiro.

Talvez a novidade do nosso momento histórico se encontre no fato de que, a partir de 2018, pela primeira vez o lado da “razão capitalista” adquiriu consciência prática da dialética da colonização e, aproveitando o enfraquecimento do adversário à esquerda no ciclo 2013-2018 – bem como o desaparecimento dos competidores no seu próprio campo, à direita, fruto do mesmo processo –, lançou-se sobre a antiga dialética da colonização de modo, a um só tempo, a realizá-la e aniquilá-la de uma vez por todas. Nos discursos dos agentes desse processo, há muito tempo isso é mais do que evidente, e a já notória referência à necessidade de eliminar “pelo menos uns 30 mil” é apenas a sua expressão mais obscena, menos sutil. Não ajuda, por sua vez, o fato de que, na volta anterior, entre os anos 2000 e 2010, o esforço de superar a dialética da colonização tenha sido efetuado pela esquerda no poder, em chave oposta, então sob o signo da também já famigerada “política de conciliação”.

Em seu estudo sobre a política brasileira da primeira década do século, André Singer chama atenção para a transformação que o lulismo operou no interior do petismo, mudando a chave, segundo o autor, da política historicamente anticapitalista do partido para uma reorganização das forças no sentido do que o autor chamou de uma “reforma gradual” (SINGER, 2012, p. 5). Por sua vez, como contraponto à interpretação de Singer, que se organiza em torno da noção de “realinhamento eleitoral” e do conceito de “lulismo”, Marcos Nobre propõe como chave para entender o Brasil do pós-ditadura a noção de “imobilismo”, ancorada no conceito de “pemedebismo”.⁷ Tanto o conceito de lulismo de Singer quanto o

⁶ Cf.: BARROS, Celso Rocha de. “Bolsonaro representa facção das Forças Armadas que ganhou poder com a tortura”. *Folha de S. Paulo*, 22 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/celso-rocha-de-barros/2018/10/bolsonaro-representa-facciao-das-forcas-armadas-que-ganhou-poder-com-a-tortura.shtml>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

⁷ Cf. “Lulismo e Pemedebismo: debate com André Singer e Marcos Nobre” (NOBRE; SINGER, 2012). Para uma análise mais detida do embate, ver Nobre (2013, pp. 172-189).

pemedebismo de Nobre procuram compreender, em que pesem as suas diferenças interpretativas, o horizonte das políticas de conciliação e do presidencialismo de coalizão dos governos pós-redemocratização.⁸ No contexto que nos interessa mais imediatamente, aqui, é possível compreender a política de conciliação dos anos 2000 como, em larga medida, uma tentativa de superar a dialética bosiana – não a sangue, mas a apertos de mão cordiais. Como se sabe esse processo encontrou seu limite, e o que sobrou no ciclo seguinte foram os restos: os agentes excluídos do projeto conciliatório da Nova República, que, na nova conjuntura, passaram a dar as cartas.

Este é o cenário da dificuldade com a qual parte da poesia politicamente orientada se defronta hoje no Brasil: como organizar o campo das aspirações universais em um momento em que a dialética da qual esta organização dependia se encontra suspensa por décadas de compromissos e pelas políticas recentes de destruição fascizante? E quando, mais dramaticamente, o paradigma desenvolvimentista que organizou o capitalismo durante praticamente todo o século XX – e paralelamente podia organizar, ainda que negativamente, uma cultura de resistência – deu lugar a uma cada vez mais intensa “periferização” do mundo? Sobre este segundo problema, Edemilson Paraná e Gabriel Tupinambá mostram como a tensão entre “progresso” e “retrocesso” – os dois polos da dialética bosiana – não dão mais conta, hoje, de englobar a totalidade do espaço social:

O conflito que essa inversão traz à tona não é aquele entre forças reacionárias e progressistas [...], mas antes um conflito entre aqueles cujas vidas se jogam dentro da tensão entre progresso e retrocesso e aqueles cujas vidas são o *caput mortuum* desse processo, ou seja, o conflito subjacente se torna entre os que têm e os que não têm história (PARANÁ; TUPINAMBÁ, 2021, p. 172).

Num primeiro momento seria de se supor que, nesse cenário no qual os termos tradicionais da luta não mais se põem, a poesia de resistência encontraria nova força: em vista do projeto não mais de embate ou conciliação, mas de aniquilação, levado a cabo pela nova orientação da antiga aliança entre capital e forças armadas, caberia, do lado daqueles que aspiram aos universais da transformação social, resistir. Contudo, se

⁸ A política de conciliação se funda, por sua vez, sobre a *reconciliação* das forças antagônicas da ditadura, a partir dos anos 1980; essa reconciliação problemática é, com efeito, um dos conceitos-chave em torno dos quais se organiza a coletânea de estudos *O que resta da ditadura* (TELES; SAFATLE, 2010).

é verdade que a cultura de resistência encontrou novo fôlego nos últimos anos, em todos os âmbitos sociais e criativos, também é fato que um novo problema se coloca: resistir *em defesa de quê?* Acima de tudo, da existência, é certo – ou, como passou a se dizer nos últimos tempos (no já infame trocadilho), da “re-existência”. Mas, para além da luta de resistência pela diversidade sempre ameaçada de formas de vida, deve-se resistir também em defesa de um lugar na antiga dialética da colonização? Em favor dos antagonismos cuja capacidade de explicar a realidade social o processo histórico justamente se ocupou de liquidar? Nesse contexto, ainda, parte da dificuldade de resistir está em se ver diante do aparecimento, hoje, de uma nova forma da resistência na esquerda – uma resistência conservadora:

O resultado prático do apego a uma imagem anacrônica do progresso [...] é justamente a objetivação de uma posição “conservadora”, que busca “resistir” aos ataques e mudanças inesperadas e “defender”, a qualquer custo, as instituições liberais-representativas, o Estado democrático de direito, a “tolerância”, a “pluralidade”, o “multiculturalismo”, o “cosmopolitismo” etc. Ao serem tragicamente empurradas para a posição de defensoras de uma ordem que se desmancha, as esquerdas terminam por reforçar sua posição relativa de alvo potencial do ressentimento que se acumula em decorrência dessa desintegração mesma (PARANÁ; TUPINAMBÁ, 2021, p. 190).

Sintoma, ainda, de que o significante em torno do qual se organiza o pensamento poético engajado brasileiro vem se deslocando nas últimas décadas é o título de uma antologia publicada em 2017 – *50 poemas de revolta* –, que reúne poemas de trinta e quatro autores brasileiros de diversos períodos, cobrindo um arco de um século entre o modernismo de 1922 e o presente. Lida agora através do prisma da *revolta*, a poesia adquiria novos contornos, em sintonia com a (então nova) conjuntura política. O prefácio dos editores da antologia, por sua vez, abre com a frase: “A poesia é, por si, ato de resistência” (*50 POEMAS*, 2017, p. 10); o termo, contudo, perdeu aqui seu sentido crítico forte e passou a se referir vagamente a uma gama de traços do “momento obscuro” pelo qual o país passa, subordinando-se enfim ao significante “revolta”, que vem ao primeiro plano.

Possivelmente ainda imantada pelos levantes de 2013, quando de fato se viu no Brasil uma revolta popular, e certamente mobilizada pelos protestos contra o impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016, a antologia saiu em um momento no qual o país reagia às transformações político-institucionais que, como se observou à época, enterravam o

sistema de pesos e contrapesos que caracterizava a Nova República. Naquele momento, em parte, a dificuldade de articular as causas populares a partir de uma ideia de resistência remontava também ao fato de o Estado estar sendo então dirigido justamente pelo partido ligado àquelas mesmas causas populares – e que falhava, desde 2013, em atendê-las. Se em 2013, num primeiro momento, resistia-se contra o aumento das passagens e, de modo geral, contra as más condições de vida,⁹ em 2016 a resistência passou a ser não contra o governo e a situação, mas pela permanência do governo e em defesa da legalidade, e contra a insurgência que veio do interior do sistema político; no momento em que a resistência finalmente coincidia com o Estado e com o partido então dirigente, esvaziava-se o seu sentido crítico e estreitava-se o espaço de ação dos sujeitos engajados, restritos agora a defender o governo que, apenas três anos antes, era colocado em xeque por alguns daqueles mesmos agentes.

A oscilação do significante entre a resistência e a revolta está, assim, intimamente ligada à situação política do período deflagrado por 2013. Na sequência seguinte, por sua vez, a revolta deslocou-se abruptamente da esquerda para a direita; foi a extrema-direita que passou a articular, a partir de 2018, o sentimento de insurgência popular que a esquerda falhara em mobilizar anteriormente – situação que em larga medida configura a dificuldade na qual ainda nos encontramos hoje e à qual a derrota da direita no pleito de 2022 não será capaz de, sozinha, resolver.

DIFICULDADE DO FUTURO: A IMPOTÊNCIA DA POESIA

Em seu livro de 2017, *Para que poetas em tempos de terrorismo*, Alberto Pucheu trabalha sobre o tema da impotência da poesia diante de um contexto político marcado pela violência e pelo acirramento dos conflitos sociais que tomaram o país a partir do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016. No poema “O golpe”, a violência se descortina a partir, ou mesmo de dentro, de um cotidiano à primeira vista indiferente às turbulências políticas:

⁹ Tendo sido deflagrados por um ato coletivo de resistência contra o aumento das passagens de ônibus, no instante em que tiveram ampla adesão de diversos – e conflitantes – setores da sociedade, os protestos de 2013 deixaram para trás o caráter de resistência e se transformaram em revolta, mudança capturada pelo *slogan* “não é pelos 20 centavos”, que, negando estrategicamente a pauta inicial, ampliavam decisivamente o escopo do seu impacto. A partir dali, como se sabe, os movimentos se descentralizaram e adquiriam traços propositivos, com demandas claras por melhoras das condições de vida e serviços públicos.

O golpe

saio na rua e tudo me parece normal
como se nada tivesse acontecido,
a banca de jornal está aberta, a padaria
continua a vender pão com manteiga
na chapa e café quente
para os que ainda estão saindo
para o trabalho ou chegando nele,
as pessoas continuam pegando seus ônibus,
atravessando as roletas, abrindo as janelas,
falando sobre a zica e outros assuntos
menos graves como a tintura para os cabelos
ou o formato do botão da camisa,
os operários da obra em frente ao meu quarto
continuam a chegar nos horários previstos,
eles trabalham com afinco enquanto o vigilante
ouve seu rádio em uma estação a.m.
qualquer, há pais e mães que evitam o tema
nos jantares de família para falarem
do último casaco que foi comprado
para a chegada do inverno ou da cor
do esmalte ou do resultado do jogo
de cartas ou de futebol de ontem,
porque nunca quiseram aprender
a lidar com as diferenças existentes,
preferindo recalá-las em nome
do que chamam a cada dia de amor
(a maior felicidade do mundo),
acrescentando a frase contraditória
ao dizerem que política não se discute,
em muitas famílias – é verdade – há aqueles
que apoiaram a ditadura, que tentaram
educar seus filhos e netos sob as ordens
mais rígidas, que quiseram a tortura
e os assassinatos de pessoas quaisquer
fazendo com que seus filhos e netos
desejassem em algum grau ser torturados
apenas para obrigar a família a sentir a dor
que outras famílias sentiram e, quem sabe,
por eles, por suas dores agora na pele,
a família mudaria finalmente de posição,
há aqueles que queriam que os que chamavam
de viados fossem mortos, levados em avião
e lançados no meio do oceano,
que diziam que artistas eram maconheiros
e vagabundos, que diziam que os comunistas
[sic] comiam criancinhas, que certos estavam
os militares e os jornais que os apoiavam,
cujos donos jantavam ou não em suas salas

de visita mais nobres enquanto o motorista
de seus carros imponentes esperavam na garagem,
há aqueles que talvez tenham votado recentemente
em bolsonaro, que achavam até poucos dias
atrás a presidenta corrupta, que queriam
se livrar da corrupção, que foram a favor
dos industriais que, dizem, movem o país,
que foram a favor dos cortes dos gastos sociais,
que foram a favor do *impeachment*
[...]
(PUCHEU, 2017, pp. 29-32).

Trabalhando como de costume com longos poemas, nos quais o fluxo verbal se dá através de um processo de acumulação, Pucheu desenha aos poucos a cena política na qual o poema se passa. Esse “aos poucos” é central para a economia do poema; é apenas no 17º verso que a primeira alusão ao “tema” aparece. Já sabemos pelo título, mas também pela nossa própria experiência de habitar o mesmo tempo histórico do poema, a qual “tema” o verso se refere; não obstante, mesmo ao trazê-lo, o poema adia nomeá-lo, concordando formalmente, nessa elisão, com a matéria social por ele descrita, isto é, a subtração do assunto dos jantares de família. O flagrante desse gesto subtrativo reverbera de tal modo o nosso predicado político durante o ano de 2016 que é difícil não lembrar como, em larga medida, a discussão em torno do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff foi ofuscada durante o seu desenrolar por uma espécie de meta-discussão quanto ao cabimento de chamar ou não de “golpe” o processo de sabotagem do mandato da presidente. À parte as nuances da querela quanto ao uso do termo “golpe” – uso ao qual o poeta subscreve sem reservas, o que implica já uma tomada de posição –, o que importa ver aqui é a dificuldade de abordar a *coisa* em si, isto é, o processo político na sua realidade imediata, dificuldade formalizada pela demora do poema em entrar na matéria e, mesmo ao entrar, não entrando propriamente. Assim, será apenas no 57º verso que aparecerá de fato a palavra “*impeachment*”, significante organizador de todo o poema, e até então oculto. O termo aparece, no entanto, em meio à erupção verbal e retórica do poema, sem que se chame maior atenção para ele do que a qualquer outra palavra que até então compõe o convulsivo caleidoscópio social desenhado pela sucessão implacável dos versos, cujo efeito é engrossar aos poucos, mas decisivamente, progressivamente, o caldo do retrato.

Isso pois, em seguida, o poema dará uma guinada sutil, mas ressoante no sentido de representar uma série de violências que emergem no interior

daquele cotidiano aparentemente intocado pela convulsão política; a mais impressionante dessas imagens talvez seja aquela do filho ou neto que deseja a própria tortura, como último recurso, desesperado, para comover a família impassível. Há uma ideia de progresso nessa matéria poética que se faz na lenta marcha de descortinamento do conteúdo social por ela representado – de uma imagem que, por acúmulo, se constrói; o que se vê como resultado, contudo, é o cenário desolado e, no fim das contas, sem saída de um país no qual, para lembrar os versos de Caetano Veloso (1991), “tudo parece que ainda é construção e já é ruína”. Cabe ao poeta ao final, em um país dividido, desejar se dissolver não em todos, como gostaria a sua aspiração revolucionária, mas “pelo menos” em “alguns de nós”:

[...]
sinto que a única coisa que ainda posso fazer
é colocar meu grito, meu nervo, meu sangue
e meu vômito imediatamente antes do começo
de qualquer escrito, para que ele venha,
talvez, assim, carregado de um corpo
que nem seja ainda meu (o meu corpo),
mas que seja o corpo, digo, o grito, o nervo,
o sangue e o vômito de pelo menos alguns de nós.
(PUCHEU, 2017, pp. 29-32).

A impotência da poesia, como dissemos, é o tema nuclear desse livro de Pucheu. Em “Da impotência”, o poeta reflete abertamente sobre o impasse da poesia em um mundo que não parece mais afeito às ambições de transformação radical que estariam na raiz da poética que, não obstante, ele desejaria propor:

Da impotência

[...] como ir além
no impasse de nosso tempo
em que a revolução não é mais possível
e em que a poesia – ainda – sobrevive?
como encontrar, em nosso tempo,
uma saída, uma errância a fazer
os poderes se fragilizarem?
podem os gestos revolucionários,
como a poesia, desejar sua própria impotência
assumindo-a desde o início,
a impotência da primazia do sentido
e dos modos habituais, inclusive os seus,
de se colocar diante dele?
pode haver um levante de impotentes

que saia em linha de fuga pela tangente?
podendo, como poucas instâncias,
fazer uma crítica da revolução
que ela conhece tão de perto,
sabendo-se ela própria
não mais revolucionária no sentido
estrito e já impossível da palavra,
a poesia, desde sua impotência máxima,
incapaz de alterar qualquer coisa
senão, de novo, a primazia do sentido
[...]
e qualquer gesto que ainda se deseja
revolucionário acusa a poesia
de sua impotência assumida
ao último grau, de sua impotência
radicalmente assumida, assumida
até o limite, como a crítica
que a poesia faz, como a crítica
que a poesia constantemente tem feito
a todo e qualquer desejo de poder.
(PUCHEU, 2017, pp. 15-20).

Aqui apresenta-se uma saída: assumir a impotência, “ao último grau”, “radicalmente”. A poesia emerge da sua própria impotência como signo da recusa ao poder – recusa esta que, contudo, está em desacordo com as antigas aspirações de uma política revolucionária. O signo “impotência”, que na sua acepção usual quer dizer “incapacidade de agir”, coincide espertamente, ao fim, com o seu sentido etimológico original, e reconcilia-se *radicalmente* com a sua raiz: *im*-potência, *não* poder. Essa potência, indisponível para o poema “em nossos tempos”, deixará de ser a potência de fazer ou criar algo, eterna abertura ao infinito no coração do poema, para se tornar sinônimo de “poder” no sentido de mera execução da violência. É uma saída possível; no entanto, com ela, o poeta abre mão também da outra acepção da palavra “potência”, que diz respeito à temporalidade sempre aberta para o futuro que a ideia de um ato ainda não consumado comporta. É uma saída que, contudo, aponta não para o que virá, mas para o agora, para a recusa imediata da chantagem do poder e, no limite, da política – ou ao menos desta como praticada pelo sistema político –, instalando o poema e a poesia como um todo em um presente paralisado, no qual a mediação com o real deve ser necessariamente negativa. Falar em “resistir”, aqui, não tem mais sentido, ou ao menos não implica o sentido positivo, propositivo, de uma resistência ativa. Diante da enorme dificuldade e do impasse que paralisa o discurso engajado, imperativo

inescapável das aporias do presente, o futuro se dissolve, recusado, como no gesto limite de quem corta a própria mão para não perder o braço.

DIFICULDADE DO PRESENTE: OPACO ENIGMA

Outro poeta que trabalha frequentemente na chave da resistência e do engajamento político é Fabiano Calixto. Contudo, é também em alguns poemas de Calixto, e em especial naqueles não imediatamente políticos, que se reflete com mais profundidade sobre a dificuldade da resistência pela via poética, em vista do que podemos chamar de uma “opacidade do presente”. *Fliperama*, seu livro de 2019, inclui o poema “Oficina embosteada”:

Oficina embosteada

quero compor um soneto de bosta
como poeta algum ousara escrever
um soneto nascituro, chulo de costa
a costa, um monte de merda a feder

quero que meu soneto, jogo duro,
desperte muitos gorfos de prazer
e, no seu maligno ar de monturo,
ao mesmo tempo saiba cair e escorrer

esse meu verso fedorento e obscuro
lêmure de lamúria, é de fazer tremer
a louça frágil do banheiro escuro

todos o lembrarão: sem futuro!
cão lambendo o cu, enquanto, maduro,
opaco enigma, se deixa comover
(CALIXTO, 2019, p. 151).

A primeira leitura deixa ver o evidente paralelo paródico com a “Oficina irritada” de Drummond, recolhida em *Claro enigma*, de 1951, ao qual o poema de Calixto segue de perto:

Oficina irritada

Eu quero compor um soneto duro
como poeta algum ousara escrever.
Eu quero pintar um soneto escuro,
seco, abafado, difícil de ler.

Quero que meu soneto, no futuro,
não desperte em ninguém nenhum prazer.

E que, no seu maligno ar imaturo,
ao mesmo tempo saiba ser, não ser.

Esse meu verbo antipático e impuro
há de pungir, há de fazer sofrer,
tendão de vênus sob o pedicuro.

Ninguém o lembrará: tiro no muro,
cão mijando no caos, enquanto arcturo,
claro enigma, se deixa surpreender.
(ANDRADE, 2007, p. 261).

Em Calixto, as aporias e paradoxos drummondianos dão lugar, por um lado, a novos paradoxos, afeitos às conjunturas do presente, e por outro a formulações cujo efeito é justamente a eliminação da contradição drummondiana. É representativa deste segundo caso, em especial, a expressão “claro enigma” de Drummond, que se converte, em Calixto, em um “opaco enigma”. “Opaco” é, também, um léxico intimamente ligado à poética drummondiana;¹⁰ aqui, no entanto, o vocábulo substitui a “claridade”, a qual conferia à formulação “claro enigma” o seu magnetismo paradoxal, que, precisamente pelo seu caráter contraditório, resistia à interpretação, mantendo-se permanentemente aberto na sua opacidade enigmática. Ao reverter a contradição de um enigma que se desdobra às claras, na expressão original do poeta mineiro, o “opaco enigma” que encerra o poema de Calixto é, por sua vez, apesar do vocábulo “opaco”, uma expressão transparente, que caracteriza imediatamente o tempo do poema e remete a um referente histórico diretamente apreensível, mesmo que este diga respeito a um presente que se apresenta tão impenetrável que não se presta mais nem à formulação poética do oximoro; trata-se de um enigma que perdeu precisamente o seu caráter enigmático e convidativo, e se encerrou em uma formulação dura, mas fácil de ler.

Se havia já em Drummond uma recusa à poesia, no tratamento do tema e na escolha dos vocábulos (“Eu quero compor um soneto duro”), em Calixto a antipoesia é levada à última potência, com a recusa de tudo aquilo que, em Drummond, a despeito da dureza e aporia do soneto, ainda permanecia como resíduo lírico, potência poética do sujeito diante da impenetrabilidade da própria poesia (impasse capturado na expressão “claro enigma”). Também a *surpresa* que fechava o poema de Drummond (“claro enigma, se deixa surpreender”), afeto do qual depende grande parte

¹⁰ Cf. Bischof (2005).

da função poética da linguagem, converte-se agora em *comoção* (“opaco enigma, se deixa comover”). A diferença entre “surpresa” e “comoção” se deixa ver no fato de que a primeira é fruto, ainda, da experiência do choque, central para o poema de Drummond. Se o poema de Calixto opera com um registro de linguagem ainda menos elevado, mais chulo, que o de Drummond (com a escolha de vocábulos como “bosta”, “chulo”, “gorfos”, “escorrer”, “fedorento” etc.), o choque causado pelo poema, no leitor, é consideravelmente menor, seja porque o leitor de poesia está acostumado, após um século de modernismo, com o choque poético dos registros coloquiais, seja porque, para o sujeito de hoje, aquilo que um dia fora o núcleo da experiência da modernidade – o choque, como definiu Walter Benjamin –, na ultramodernidade do capitalismo contemporâneo perdeu, justamente, a capacidade de chocar.

Por outro lado, o que em Drummond é aporia, no segundo terceto (“ninguém o lembrará: tiro no muro”), em Calixto, converte-se em paradoxo, simplesmente: “todos o lembrarão: sem futuro!”. Aquilo que “todos lembrarão”, por definição, não pode ser “sem futuro”; algo ter futuro depende, precisamente, de que seja lembrado. Contudo, o poema de Calixto novamente remonta para o desmonte da experiência do sujeito, em uma modernidade que, cada vez mais, entra em contradição consigo mesma, e remete à temporalidade particularmente contemporânea que Mark Fisher (2014a, p. 12) chamou de o “lento cancelamento do futuro”. Com efeito, é marca do nosso tempo presente, em especial nos espaços de socialização virtuais, a reprodução compulsiva de fragmentos da realidade, dos quais, por alguns breves momentos, todos se lembram, para que em seguida sejam novamente lançados no limbo das coisas sem futuro. O poema de Calixto talvez ganhe assim maior ressonância quando é lido não nas páginas do livro impresso, mas nas telas sempre efêmeras de um *blog* ou uma rede social, meio de reprodução de texto e imagem com o qual estabelece, quem sabe, seu diálogo mais profundo.

Do ponto de vista formal, Calixto também não se preocupa em manter o metro rígido do soneto tradicional, ao qual o “original” drummondiano se mantém fiel. Em “Oficina embosteada”, por diversas vezes o poema *escorre* (como inclusive anuncia que fará, no final do segundo quarteto) para fora do metro fixo de dez sílabas. Assim, os versos 3, 8 e 10 têm cada um doze sílabas, o 14º tem onze, e o 12º conta nove sílabas poéticas – o único em que o poema se *subtrai* ao metro tradicional, ao invés de excedê-lo, subtração que acompanha o “ninguém o lembrará” da última estrofe.

Também esta instabilidade formal aponta para a instabilidade daquilo que não permanecerá; se é verdade que o ritmo do poema, sobretudo na leitura em voz alta, ameniza esses desvios métricos e se mantém coerente com a expectativa musical dos decassílabos heroicos, com a maior parte dos acentos tônicos nas sextas sílabas dos versos, em razão da sua elasticidade métrica, “Oficina embosteadada” está, desde o início, já em vias de não ser mais um soneto, de deixar de ser aquilo que, de saída, o definia em primeiro lugar, condição que, novamente, remete à instabilidade da experiência temporal contemporânea, atravessada pelo paradoxo de um tempo em que não há futuro, e em que, não obstante, tudo permanece registrado, ainda que na memória anônima, opaca, de uma vida que se reproduz nos códigos dos algoritmos, no isolamento subjetivo e na fragmentação da experiência social.

DIFICULDADE DO PASSADO: O MITO DIVIDIDO

Em seu livro de 2021, *Também guardamos pedras aqui*, a poeta Luiza Romão se projeta sobre o instante anterior ao mito, dramatizando a violência que precede a origem mítica da linguagem. Em Romão, não há mais possibilidade ou mesmo desejo de retorno à unidade mítica na função poética original, pois o próprio mito está dividido entre sua função de nomeação (simbólica) e a violência (real), que é sua condição de existência. Embora o livro, como é usual nas obras da poeta, seja imantado pelo engajamento nas questões políticas contemporâneas, sobretudo na sua elaboração da intersecção entre violência sistêmica e feminismo, essa adesão à luta se dá através da recusa de que o poema possa se valer da salvaguarda de um espaço mítico no qual ainda se mantenha disponíveis as suas forças de resistência. Em outras palavras, a poética engajada de Romão é também uma poética antimítica, na qual a literatura e a própria poesia, ao invés de se erguerem como estandartes da resistência contra a opressão, participam, ainda que contra a sua vontade, desse mesmo processo de reprodução da violência. Assim, no poema “Ifigênia”:

Ifigênia

a literatura ocidental começou com uma guerra
não a neblina das grandes cidades
faz tanto tempo que talvez ouço quase
a literatura ocidental começou com um massacre
[...]
antes da primeira letra

antes do primeiro grifo
alguém já implorava misericórdia
(ROMÃO, 2021, p. 7).

Parte dos recursos da poeta para estabelecer a identificação incômoda entre literatura e violência, ainda, é a reencenação do mito – no caso de *Também guardamos pedras aqui* trata-se sobretudo do mito homérico – nos termos da violência social brasileira do século XXI, como em “Polifemo”:

Polifemo

ninguém te cegou não
não foi ulisses
aquela noite o policial não tinha identificação
(ROMÃO, 2021, p. 31).

O “ninguém te cegou não” do primeiro verso alude, em primeira leitura, a certa dicção popular de dupla negativa, “ninguém-não”, cuja função é rejeitar algo anteriormente dito – no caso do poema, a alegação de que o ciclope Polifemo teria sido cegado por alguém, passagem célebre do canto IX da *Odisseia*, cuja referência fica clara no segundo verso: “não foi ulisses”. É, assim, com certa doçura cínica ou mesmo desprezo que o poema começa a recontar a narrativa homérica. Ainda, o “não” que encerra o primeiro verso faz com que o seu acento caia na sexta sílaba, marcando decisivamente o ritmo do poema e permitindo que os dois primeiros versos, se lidos em conjunto, formem um decassílabo heroico: *ninguém te cegou não // não foi ulisses*. O poema abre a cena mítica reproduzindo sílaba por sílaba a estrutura rítmica do verso épico, estrutura tradicionalmente adaptada à matéria narrativa dos grandes feitos.

O “ninguém” do primeiro verso, contudo, adquire a ressonância de um nome próprio quando lembramos que “Ninguém” (em grego, *outis*) foi o nome usado por Ulisses para enganar Polifemo, razão pela qual, quando os gregos liderados por Ulisses fugiam, as súplicas do ciclope não puderam ser atendidas, e o culpado pela ferida não pôde ser identificado. É este “ninguém”, Ulisses, que o poema introduz no segundo verso, e é apenas à luz de compreender como homônimos “ninguém” e “ulisses” que se desfaz a aparente incongruência entre o verso e a narrativa mítica que sentimos à primeira vista, se sabemos que foi de fato Ulisses quem cegou o ciclope. Desse modo, o poema afirma que “não foi ulisses” o autor da ferida de Polifemo, mas este “não foi” não deve ser lido como simples

revisão da narrativa homérica, e sim como o cinismo da omissão do autor de um ato hediondo.

Há uma espécie de jogo extraído aqui do mito homérico, entre anonimato e homonímia: a homonímia entre “ninguém” e “ulisses” é a condição do seu anonimato. O que o poema sublinha, no entanto, é que, sob esta figura elusiva de um alguém que aparece enquanto ninguém, a violência se funda. Ou, em outros termos, o princípio da violência é a glorificação do anonimato dos seus executores. Se lembrarmos que é também sob a origem de um “ninguém” que o mito se funda – a narrativa sem autoria definida, passada adiante de geração em geração –, vem à luz uma identificação de forma entre violência e tradição literária.¹¹ Esse movimento se consuma no terceiro verso, quando a astúcia do estratagema de Ulisses, celebrada ao longo dos séculos como signo da sua esperteza, reaparece sob outra chave, e agora, reencenada no Brasil do século XXI, coincide com o cinismo do policial sem identificação, que, confrontado com sua própria conduta criminosa, se vale do anonimato para não ser punido. Ulisses, o herói fundador da literatura ocidental, reencarna aqui como um policial nas periferias brasileiras, e Polifemo, o tradicional vilão da cena homérica, reaparece como a vítima do mito – a fera ferida, por assim dizer, sobre quem recaem os golpes dos hexâmetros homéricos. É Polifemo, ainda, a quem cabe a dignidade de ter seu nome elevado a título do poema, fazendo-o soar para além da cena, como os nomes das vítimas do abuso policial no Brasil, anônimos na hora da morte e em seguida lembrados e repetidos como palavras de ordem, transformadas em significantes da luta contra a roda do genocídio e da carnificina.

A dificuldade com a qual o poema de Romão se defronta diz respeito, assim, à impossibilidade de recorrer ao mito como zona poética de liberdade, passado redentor no qual o poema pode se abrigar. Nessa poética, é apenas invertendo o sentido original do mito que qualquer “cultura de resistência” pode emergir. Para a poesia, a consequência dessa operação é a sua orfandade em relação à tradição, que poderia justificá-la; para o mito, o resultado é perder a sua unidade original e ser dividido entre símbolo e violência, as duas faces da moeda em que ele foi afinal cunhado.

*

¹¹ A leitura ganha novo escopo se lembramos que é sobre esse ponto que se funda o conceito de violência mítica proposto por Walter Benjamin (2013).

Como se vê nos poemas aqui reproduzidos, não se trata de a poesia ter perdido, hoje, a sua capacidade de “nomear a vida”, e mesmo de resistir a essa perda; foi na verdade a própria situação contra a qual se resistia que se transformou, situação na qual a poesia contemporânea reorganiza suas forças. Foram os alicerces sobre os quais a resistência podia ser articulada – recuperação do espaço mítico, presente aberto e projeção do futuro – que perderam os pontos de contato com o real. Para além, a obsolescência da dimensão resistente da poesia é, ela mesma, um dos elementos da sua atual dificuldade. Assim, não apenas a dificuldade se apresenta como chave de leitura produtiva frente aos problemas do contemporâneo, mas esse processo se dá também em larga medida a partir da constatação de que aquela resistência poética, agora ausente, passa a ser, exatamente porque desapareceu, parte da dificuldade.

Assim, ainda que no conceito de resistência de Bosi seja possível entrever os impasses internos pelos quais a poesia passa ao longo do seu processo de adaptação e reação às condições antipoéticas da vida moderna, essas mesmas condições (tanto do mundo quanto da própria poesia) não são mais as mesmas. Por sua vez, ao contrário do conceito de resistência, a noção de dificuldade que propomos envolve, no seu processo de constituição, não apenas o entrave e a subsequente resposta à interrupção forçosa do trabalho de nomeação da poesia, mas também e sobretudo a nomeação desse entrave em vista do desaparecimento da própria possibilidade de resistência, como a opacidade transparente do poema de Calixto sugere. Em outras palavras, a dificuldade é o processo pelo qual a poesia pensa a si mesma e ao mundo como elementos em relação a uma resistência que já não tem lugar. Esse não ter lugar da resistência deve ser pensado nas suas duas acepções, isto é, como ação e reação – como figura da luta contra uma determinada situação (ação: resistência contra uma força externa)¹² e como reação desta mesma situação contra a luta que procura superá-la (resistência oferecida por um corpo que não deseja se mover). A dificuldade hoje é que ambas as acepções parecem ter entrado em crise, seja porque, como dissemos, as temporalidades profética e mítica que amparavam a resistência ativa deixaram de operar em favor da poesia, seja porque o próprio mundo não parece mais oferecer resistências

¹² Esse ponto atravessa toda a obra de Bosi: dos anos 1970 – “O seu sentido mais profundo apela para a força da vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito. Resistir é opor a força própria à força alheia” (BOSI, 2002, p. 118) – aos anos 1990 – “A cultura de resistência se vê a si mesma como reação não reacionária” (BOSI, 1996, p. 360).

reativas contra a poesia, mas apresenta-se diante dela tão somente com uma silenciosa indiferença.

REFERÊNCIAS

- 50 POEMAS *de revolta* [vários autores]. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- AGAMBEN, Giorgio. Resistance in art. [Conferência]. Suíça: EGS, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=one7mE-8y9c>>. Acesso em: 16 jan. 2023.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BADIOU, Alain. *Logique des mondes – L'être et l'événement 2*. Paris: Éditions du Seuil, 2006.
- BENJAMIN, Walter. *Escritos sobre mito e linguagem*. São Paulo: Editora 34, 2013.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da poesia*. São Paulo: Cultrix, 1997.
- BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BISCHOF, Betina. *Razão da recusa: um estudo da poesia de Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo: Nankin, 2005.
- CALIXTO, Fabiano. *Fliperama*. São Paulo: Corsário-Satã, 2020.
- DELEUZE, Gilles. Qu'est-ce que l'acte de création? [Conferência]. Paris, 1987. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=2OyuM\]MrCRw](https://www.youtube.com/watch?v=2OyuM]MrCRw)>. Acesso em: 16 jan. 2023.
- FISHER, Mark. Ghosts of my life: writings on depression, hauntology and lost futures. Washington: Zero Books, 2014a.
- FISHER, Mark. The Slow Cancellation of the Future. [Conferência]. Zagreb, 2014b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aCgkLICTskQ>>. Acesso em: 27 nov. 2022.
- FISHER, Mark. *Postcapitalist Desire: The Final Lectures*. Org. Matt Colquhoun. Repeater, 2021.
- FUKUYAMA, Francis. The End of History? *The National Interest*, 1989, pp. 3-18.

- GETZ, Yasmine. Poetry of the Resistance, Resistance of the Poet. *Studies in 20th Century Literature*, v. 26, n. 1, art. 5, 2002, pp. 51-73. Disponível em: <<https://newprairiepress.org/cgi/viewcontent.cgi?referer=&httpsredir=1&article=1519&context=sttcl>>. Acesso em: 16 jan. 2023.
- JAMESON, Fredric. Future City. *New Left Review*, n. 21, mai.-jun. 2003, pp. 65-79.
- MASSI, Augusto *et al.* (orgs.). *Reflexão como resistência: homenagem a Alfredo Bosi*. São Paulo: Sesc/Companhia das Letras, 2018.
- NANCY, Jean-Luc. *Resistência da poesia*. Trad. Bruno Duarte. Lisboa: Vendaval, 2005.
- NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- NOBRE, Marcos. *Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2022.
- NOBRE, Marcos; SINGER, André. Lulismo e Pemedebismo: debate com André Singer e Marcos Nobre. FFLCH/USP, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BUI6oX7ny-c>>. Acesso em: 16 jan. 2023.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- PARANÁ, Edemilson; TUPINAMBÁ, Gabriel. *Arquitetura de arestas: as esquerdas em tempos de periferização do mundo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.
- PUCHEU, Alberto. *Para que poetas em tempos de terrorismos?* Rio de Janeiro: Azougue, 2017.
- ROMÃO, Luiza. *Também guardamos pedras aqui*. São Paulo: Nós, 2021.
- SCHWARZ, Roberto. Discutindo com Alfredo Bosi. In: *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- VELOSO, Caetano. Fora da ordem. In: *Circuladô*. Rio de Janeiro: Polygram, 1991. Faixa 1. CD.

Recebido: 14/7/2022

Aceito: 17/10/2022

Publicado: 23/2/2023